

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº _____ DE 2014

(Do Sr. Jean Wyllys)

Requer a realização de diligência de membros desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em conjunto com a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos e Minorias, perante a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de averiguar referentes a violações de direitos humanos e desvios de conduta praticados por agentes de segurança naquele Estado.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, na forma do Regimento Interno da Casa, diligência de membros desta Comissão, em conjunto com a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos e Minorias, perante a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, para averiguar denúncias referentes a violações de direitos humanos e desvios de conduta praticados por agentes de segurança naquele Estado.

Sugiro que sejam convidados para participar da respectiva diligência o Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, Sr. José Mariano Beltrame, o Comandante-geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Sr. José Luís Castro Menezes e o Corregedor da Corregedoria Geral Unificada da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Giuseppe Italo Brasilino Vitagliano.

JUSTIFICATIVA

No dia 16 de março de 2014, a auxiliar de enfermagem Cláudia Silva Ferreira, de 38 anos, foi baleada no Morro da Congonha em Madureira, bairro onde morava na Cidade do Rio de Janeiro, e colocada no porta-malas da viatura da Polícia Militar, que após a abertura da porta, teve seu corpo projetado e arrastado no asfalto por 350 metros, evidenciando o desrespeito à vida, à integridade do cidadão e o despreparo dos agentes de segurança no socorro à vítima.

No mesmo dia 16 de março, o repórter e ativista do Mídia Ninja, Filipe Peçanha, foi detido pela Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro quando registrava a ação de policiais militares contra adolescentes que supostamente iniciavam um arrastão. Segundo relato de Filipe ao jornal independente A Nova Democracia, ao passar pelo bairro do Arpoador com a câmera que utiliza como instrumento de trabalho, percebeu uma movimentação e se aproximou para verificar o que acontecia, quando testemunhou policiais militares agredindo, torcendo os braços e enforcando os adolescentes. Ao iniciar o registro foi abordado pelos policiais, também de forma violenta, que disseram que o registro não poderia ser feito, ordenando que desligasse o equipamento. Ao se identificar como jornalista e se negar a desligar e entregar o equipamento, já que, ao perceber uma abordagem arbitrária por parte dos agentes do Estado teve a iniciativa de registrar a ação que estava acontecendo, pois isso faz parte de sua profissão, foi preso sob a alegação de resistência à prisão e desacato a autoridade.

Também na cidade do Rio de Janeiro, no dia 10 de fevereiro de 2014, o ator Vinícius Romão, ao sair do trabalho no bairro do Méier, foi abordado e preso pela Polícia Militar, acusado do crime de roubo, o que lhe rendeu 16 dias na carceragem da delegacia em decorrência de uma sequência de procedimentos equivocados por parte dos agentes de segurança, apontando também para um possível caso de racismo.

Os três casos acima relatados, entre outros, repercutiram na imprensa e nas redes sociais, evidenciando o despreparo dos agentes policiais no exercício da função, fato que vitimiza e atinge, especialmente e de forma violenta e arbitrária, a população pobre, negra, moradora das periferias, bem como profissionais da imprensa e mídia alternativa.

Nesse contexto, que pode ser considerado de criminalização da pobreza, dos movimentos sociais que militam na promoção dos direitos humanos e monitoramento das ações do estado, de risco à liberdade de imprensa e livre circulação das informações, fundamentais para o pleno exercício da democracia, torna-se necessária e fundamental a atuação desta comissão para o fortalecimento do sistema de garantia de direitos, a partir do acompanhamento e monitoramento das respostas oficiais e legais do Estado nos casos de violações de direitos humanos por parte dos agentes de segurança.

Sala da Comissão, de março de 2014.

JEAN WYLLYS
Deputado Federal
PSOL/RJ